

## INTRODUÇÃO

### *Eleições e democracia*

O relatório de 2001-2002 da *Freedom House*, instituição que acompanha a democracia no mundo, mostra que nunca houve tantas democracias eleitorais como hoje: 63% dos países têm governos eleitos livremente<sup>1</sup>. No seguimento da terceira vaga de democratização, que começou em 1974, no Largo do Carmo, em Lisboa, um crescente número de países tem vindo a tornar-se democrático, pelo menos do ponto de vista schumpeteriano, isto é, processual. No entanto, e em simultâneo com esta disseminação das regras democráticas, têm surgido tendências preocupantes nas democracias mais antigas. A crise atinge tanto os *inputs* como os *outputs* do sistema democrático e as próprias instituições. Este volume da *Análise Social* aborda um dos temas mais estudados na ciência política actual, as eleições, e de um modo geral a forma como os eleitores se relacionam com as instituições políticas. Este é um aspecto dos sistemas políticos que tem sofrido maiores mudanças e onde os sinais de crise são mais aparentes. Vários índices, como sejam a quebra na percentagem de filiados partidários, o declínio da identificação partidária, o aumento da abstenção e o crescimento dos níveis de desconfiança face às instituições políticas, mostram isso mesmo.

Por vezes, em Portugal assume-se que alguns indicadores mais negativos do modo de funcionamento do nosso sistema político são idiosincrasias do regime. Pelo contrário, este número especial pretende dissipar esse preconceito. Posicionar Portugal numa perspectiva comparada constitui normalmente um exercício relevante, na medida em que muitas vezes se percebe

---

<sup>1</sup> A. Karatnycky, «The 2001 Freedom House survey—muslim countries and the democracy gap», in *Journal of Democracy*, vol. 13, n.º 1, 2002.

que Portugal segue padrões semelhantes aos das democracias mais antigas. Isto não significa que não haja motivos para preocupação, mas indica que factores portugueses específicos, como, por exemplo, uma suposta falta de vocação democrática do nosso país, não são a causa dos problemas. O que obriga a pensar em factores comuns a todas as democracias consolidadas.

Esta abordagem comparativa é um dos pilares fundamentais do projecto «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses em Perspectiva Comparada, 1975-2002», criado em 2000, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a direcção de António Barreto e com André Freire, Pedro Magalhães e Marina Costa Lobo como coordenadores executivos. O projecto visa o estudo do comportamento eleitoral e das atitudes políticas dos portugueses numa perspectiva comparada e compreende duas partes. A primeira visa a recolha de todos os dados eleitorais existentes para publicação subsequente de um volume analítico sobre mudança eleitoral em Portugal entre 1975 e 2001. A segunda parte consistiu na elaboração de um inquérito pós-eleitoral realizado imediatamente após as últimas eleições legislativas de 2002. Este inquérito por amostragem serviu para integrar Portugal na rede internacional *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), onde mais de cinquenta países depositam dados de inquéritos pós-eleitorais semelhantes, que serve de fonte para trabalhos comparativos sobre o comportamento eleitoral em democracia.

Tendo tido conhecimento da criação deste projecto no ICS, a Comissão Fulbright propôs que se dedicasse a primeira conferência «Fulbright Brainstorms», entre 1 e 2 de Fevereiro de 2002, ao tema «Eleições e democracia» e que a coordenação científica do evento ficasse a cargo dos directores deste projecto. O convite foi prontamente aceite, dado nos ter parecido que seria uma iniciativa extremamente positiva não só para os participantes, mas também para a divulgação dos temas eleitorais entre o público interessado que pôde assistir à conferência ao longo dos dois dias. Queremos por isso fazer um agradecimento especial à Comissão Fulbright, assim como à FLAD, pela cedência das suas excelentes instalações. Para além disso, devemos também prestar homenagem aos académicos que aceitaram presidir aos painéis na conferência, nomeadamente Manuel Braga da Cruz, Manuel Villaverde Cabral, Mário Bacalhau e Jorge Vala, para além de Michael Baum e Sérgio Faria, pelas suas contribuições para a conferência. Agradecemos também ao ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, bem como aos representantes dos partidos políticos que se dispuseram a participar numa mesa-redonda sobre a reforma do sistema eleitoral em Portugal. Também não podemos deixar de mencionar todos os financiadores do projecto, que têm contribuído para o desenvolvimento desta área de estudos em Portugal, nomeadamente a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Fundação Tinker, o STAPE (Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral), a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fun-

dação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Comissão Nacional de Eleições, a Assembleia da República, o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública e o Ministério da Administração Interna.

Os artigos aqui apresentados reflectem os painéis constituídos na conferência Brainstorm da Fulbright. Os dois primeiros artigos dão uma perspectiva geral dos desenvolvimentos. Peter Mair analisa as consequências da mudança social para a representatividade partidária e traça cenários possíveis para uma maior legitimidade dos partidos neste contexto. O artigo de Russell Dalton, Ian McAllister e Martin Wattenberg passa em revista vários tipos de dados que caracterizam as consequências da quebra na identificação partidária das últimas décadas. Os autores mostram que este desalinhamento partidário se reflecte na volatilidade eleitoral, no aumento do número de partidos com representação parlamentar e na abstenção.

Os dois artigos seguintes debruçam-se sobre a questão da participação eleitoral. O artigo de Mark Franklin refere os problemas metodológicos que dificultam a caracterização da importância do declínio da participação eleitoral como um fenómeno fundamental derivado de mudanças estruturais ou temporário. Sobre o mesmo tema, Eva Anduiza Perea faz a ligação entre características individuais e institucionais sobre o nível de abstenção. Estudos anteriores sobre a abstenção tendiam a analisar um ou outro aspecto, mas raramente os dois em conjunto. No entanto, a autora mostra que a mesma arquitectura institucional tem um impacto diferente consoante os recursos individuais.

Seguem-se três artigos que focam o sistema eleitoral. Usando dados do CSES, John Curtice e W. Phillips Shively vêm desfazer um lugar-comum. Embora exista de facto mais contacto entre eleitores e eleitos em círculos uninominais do que em círculos plurinominais, não há, entre países com estes dois tipos de círculo, diferenças no grau de satisfação com a democracia. Este é um dado importante no contexto do debate da reforma do sistema eleitoral português. Seguem-se dois artigos de estudos de caso de sistemas eleitorais mistos. O artigo de Stefano Bartolini expõe as consequências da reforma do sistema eleitoral italiano, que em 1994 adoptou um sistema misto, mostrando que é difícil fazer generalizações quanto às consequências para o sistema partidário e sua dinâmica. No caso italiano, até hoje, o comportamento dos partidos não conduziu a uma redução significativa do número de partidos com representação parlamentar. Já Susan Banducci analisa o sistema misto neozelandês do ponto de vista da relação de proximidade entre eleitores e os dois tipos de deputados, os de lista e os dos círculos uninominais. A autora mostra que os deputados eleitos nos círculos uninominais estão mais em contacto com os eleitores do que os deputados eleitos nas listas partidárias e que a aprovação dos deputados de lista aumentaria se estas fossem abertas.

Os artigos seguintes focam as atitudes políticas perante os parlamentos. No artigo de Pedro Magalhães, o autor faz uma análise da importância das

regras institucionais para o grau de confiança nos parlamentos, testando, em particular, a hipótese de que as regras que favorecem a responsabilização das maiorias são tão importantes para fortalecer a confiança institucional como aquelas que permitem uma melhor e mais perfeita representação dos interesses políticos e sociais. Cristina Leston-Bandeira mostra que, apesar de ser comum afirmar-se que existe uma falta de confiança entre os portugueses e o seu parlamento, pouco se sabe acerca desta relação, existindo muito poucos dados sobre este tema.

No capítulo do comportamento eleitoral, André Freire e Marina Costa Lobo investigam a importância da economia como factor explicativo do voto na Europa do Sul desde 1985. O artigo mostra que a economia é de facto determinante, especialmente em Portugal, embora a ideologia seja a maior determinante do voto nos três países. Estes dados vêm confirmar estudos anteriores sobre a crescente importância de factores de curto prazo na tomada de decisão do voto.

Os quatro artigos finais analisam a pesquisa eleitoral desenvolvida em vários países, a saber, Reino Unido, Alemanha, Portugal e Espanha. Dieter Roth e John Curtice dão uma visão geral da génese e desenvolvimento dos estudos eleitorais no Reino Unido e na Alemanha, respectivamente. São casos opostos, na medida em que os estudos eleitorais se institucionalizaram na Grã-Bretanha, enquanto na Alemanha há vários centros de pesquisa eleitoral com ligações aos *media*. A análise dos autores em relação às metodologias é particularmente interessante, dando conta da importância da adopção e adaptação do modelo desenvolvido na Universidade de Michigan. José Ignacio Wert analisa a evolução das sondagens em Espanha e em Portugal, mostrando como foram feitos aperfeiçoamentos à metodologia, sobretudo em Espanha, onde existiram algumas ocasiões em que houve discrepâncias significativas entre as sondagens e os resultados eleitorais. O artigo de Carlos Jalali tem duas vertentes: por um lado, o autor apresenta os estudos eleitorais em Portugal até à data; por outro, analisa o resultado dessas investigações, dando conta do conhecimento em relação ao comportamento eleitoral português.

Os textos apresentados cumprem por isso vários objectivos: aprofundar o conhecimento sobre comportamento eleitoral em Portugal; contribuir para o alargamento do debate sobre as eleições em Portugal com base em conhecimentos concretos de experiências semelhantes noutros países; finalmente, facilitar a divulgação em português, aos estudiosos da ciência política, das mais recentes investigações no campo do comportamento eleitoral e das atitudes políticas dos eleitores em democracias consolidadas. Esperamos por isso poder contribuir para o desenvolvimento desta área de estudos políticos em Portugal.